

JOVENS PESQUISADORES

EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO: RUMO AO MERCOSUL EDUCACIONAL?

Leandro Raizer

RESUMO

O artigo discute a necessidade e as possibilidades para a ampliação da cooperação educacional entre os países membros do Mercosul. Entre os assuntos tratados, destaca-se a análise da situação educacional na América Latina, dando-se ênfase ao estudo comparativo das características dos sistemas de ensino superior dos países do bloco regional.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino superior; Integração; Mercosul

EDUCATION FOR INTEGRATION: IN DIRECTION TO THE EDUCATIONAL MERCOSUL?

ABSTRACT

The article argues the necessity and the possibilities for the magnifying of the educational cooperation between the countries members of the Mercosul. In the treated subjects, is distinguished the analysis of the educational situation in Latin America, giving emphasis to the comparative study of the characteristics of the systems of higher education of the countries of the regional block.

KEYWORDS

Higher education; Integration; Mercosul

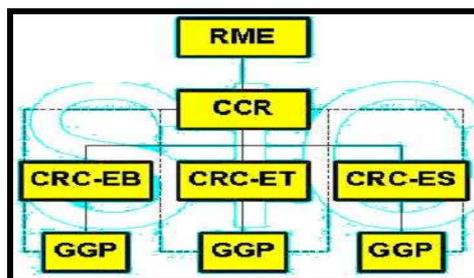
INTRODUÇÃO

A necessidade de integração econômica, política, social e cultural dos países que compõem um bloco regional torna-se cada vez mais necessária, na medida em que a competição internacional ligada a novos arranjos na divisão internacional do trabalho exige desses blocos um planejamento de sua inserção no cenário internacional. Entre as tentativas de integração, destacam-se as de âmbito educacional. As políticas resultantes desse esforço encontram, basicamente, duas justificativas principais: investimento estratégico na formação de recursos humanos; e, integração cultural e científica através do intercâmbio e fluxo de pesquisadores, estudantes e professores entre os distintos países. No caso europeu, destaca-se dentre os programas consolidados, o programa *Erasmus*, que faz parte do esforço da União Européia para a construção de uma *zona de conhecimento comum*, prevista nos objetivos do *Processo de Bologna*.

No contexto do Mercosul, embora com diferenças significativas em relação ao processo europeu e seus avanços nos últimos anos, a necessidade de uma maior integração educacional entre os países membros tem se mostrado mais evidente nos últimos anos. A reunião dos ministros de educação do Mercosul (RME) realizada no ano de 2001, em Assunção no Paraguai, estabeleceu o plano estratégico para o avanço do desenvolvimento e integração dos sistemas educacionais dos países membros para o período 2001-05. No documento elaborado pela RME, afirma-se a importância da “...educação como espaço cultural para o fortalecimento de uma consciência favorável à integração, que valorize a diversidade e reconheça a importância dos códigos culturais e lingüísticos” (MERCOSUL, 2001, p. 5).

A RME possui ingerência direta sobre o Setor Educacional do Mercosul (SEM), órgão responsável pela definição das políticas a serem implementadas na área educacional para apoiar o processo de integração regional. Também com ingerência sobre o SEM, destaca-se o Comitê Coordenador Regional (CCR) como instância responsável por propor políticas de integração e cooperação no âmbito da educação e de assessorar a RME. Esse novo plano estratégico estabeleceu a criação de três Comissões Regionais Coordenadoras de Área (CRC), por nível de ensino (Educação Básica, Educação Tecnológica e Educação Superior), que têm a seu cargo a incumbência de assessorar o CCR na definição das estratégias de ação do SEM e de propor mecanismos para a implementação dos objetivos e linhas de ação definidas no Plano de Ação do Setor.

Figura 1 – Estrutura do Setor Educacional do Mercosul.



Fonte: MEC/ Mercosul Educacional

http://mercosul.mec.gov.br/ASP/Estru_Mercosul/organograma.asp

Além da atuação das três Comissões Regionais, também está prevista a formação de grupos gestores de projetos (GGP) para conduzir e consolidar a elaboração e implantação de projetos de integração educacional entre os países.

Uma das iniciativas interessantes tomada pelo SEM, referente à educação básica, foi a assinatura, em 2003, de um acordo entre Brasil e Argentina para a criação de “escolas de fronteira” que seguissem um modelo de ensino comum em escolas localizadas em cidades fronteiriças, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol¹.

Outras iniciativas² têm sido tomadas como, por exemplo, a proposta de um acordo de mobilidade acadêmica entre os países do Mercosul e da União Européia, proposto em 2004; e, proposição de maior mobilidade acadêmica dentro da região através do programa *Mexa*.

Além da atuação do SEM no Mercosul, outros órgãos e instituições tem fomentado programas e políticas que visam a integração educacional, destaca-se o programa de bolsas da União Européia para estudantes latino-americanos (ALBAN). Também a criação de convênios entre universidades do Mercosul, para realização de eventos científicos em conjunto, para o fomento do intercâmbio de estudantes e pesquisadores. Nesse âmbito, a Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), através da organização e fomento a eventos científicos conjuntos, criação de programas de intercâmbio docente e discente, tem realizado importantes projetos que visam a consolidação de “um espaço acadêmico comum, regional, de cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural”.³

¹ Documento disponível em:

http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=125&Itemid=49&lang=br,
Acessado em: 10/05/2006.

² MERCOSUL/RME/CCR/CRCES /ATA N°02/04 . Disponível em:

http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=77&Itemid=32&lang=br ;
Acessado em: 8/05/2006.

³ Ver AUGM . <http://www.grupomontevideo.edu.uy/>

Após essa contextualização, cabe realizar uma análise mais aprofundada da situação social e educacional nos países da América Latina e, especialmente, dos países membros do Mercosul. Tal análise fundamentará as considerações finais sobre as possibilidades e desafios para a consolidação de uma integração educacional na região. A metodologia de pesquisa utilizada foi a histórico-comparativa e incluiu a utilização de técnicas de análise documental, jurídico-legal, e estatística. O trabalho está estruturado em três partes principais: introdução; análise dos sistemas de ensino da América Latina e dos países do Mercosul; e, considerações sobre a possibilidade de consolidação do Mercosul Educacional.

1. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA E MERCOSUL

1.1 América Latina

A América Latina (A.L.) é composta por cerca de 32 países que possuem entre si uma característica, pelo menos, em comum: tiveram historicamente atreladas, de forma periférica, as economias centrais⁴, em situação de grande dependência econômica e política. Dessa forma, elas desenvolveram sistemas econômicos (exportação primária) e sistemas políticos semelhantes.

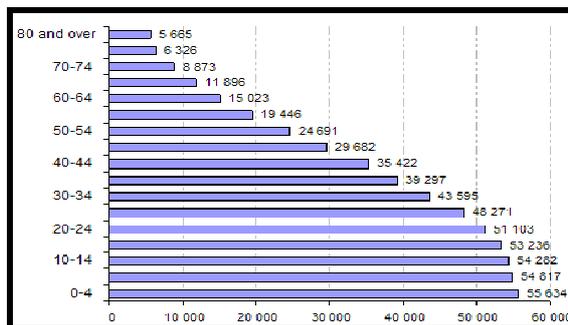
Podemos destacar um traço comum entre esses países: a forma de inserção externa pelo modelo agro-exportador; e, depois, de forma semelhante, passaram por um processo de “modernização” marcado pela industrialização das nações e imposição de barreiras comerciais a produtos de outros países.

Após esse processo de crescente industrialização, os países da A.L. enfrentaram uma crise do modelo de “substituição de importações”. O Estado, considerado o ator do desenvolvimento, passa a ser visto como o “elemento” responsável pelo crescente endividamento e ineficiência. Nesse contexto, ganham força os defensores de políticas liberalizantes, privatizantes e do pensamento racional-econômico, marcado pelas metas de racionamento da *res pública*. O Chile foi um dos países, onde pode ser observada a maior adoção desse novo modelo.

Em termos populacionais, em 2005, os países latino-americanos alcançaram uma população total de 557, 262 milhões de pessoas, o que representa quase 10% da população mundial. Países como o Brasil, México, Argentina e Chile, deverão em 20 anos, ter um crescimento populacional esperado de cerca de 20 a 35%. Os países da A.L., conforme o gráfico 1, apresentam grande número de crianças e jovens.

⁴ O modelo teórico-econômico utilizado nesse estudo deve muito as idéias dos professores Guy Bajoit e Carlos Eduardo Carvalho (PUC-SP).

Gráfico 1: População total da America Latina segundo a faixa etária, e ambos os sexos, 2005.



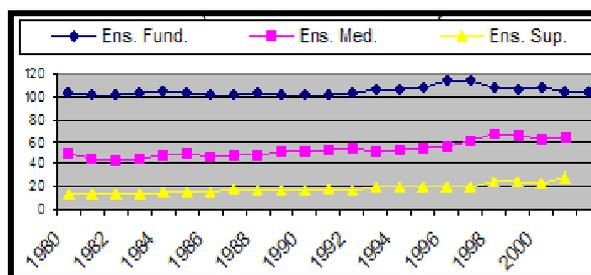
Fonte: CEPAL.

Esse elevado número de jovens, aliado a elevação das taxas de expectativa de vida, poderá levar a uma gradativa e crescente pressão sobre a previdência social e o mercado de trabalho, marcado pela informalidade e pela incapacidade de absorver grande parte da população economicamente ativa.

O PIB per capita da A.L. atingiu, em 2001, a média de 3.733 dólares. Analisando-se a evolução do PIB, é possível notar que, em 1998, a A.L. atingiu a maior média de PIB/Per capita de sua história, chegando a 4.200 dólares. Para, logo depois, em 1999-00, cair para 3.600 e, em 2001, para 3.250 dólares. Entretanto, se compararmos as taxas de variação de 1980-2001, encontraremos uma variação positiva de 55% no valor do PIB/Per capita médio. Essa elevação do PIB pode ser comparada com a variação no aumento das taxas de acesso aos diferentes níveis de ensino, o que pode indicar as relações que ligam os processos educacionais aos econômicos.

Em termos educacionais, os países latinos se caracterizam por apresentarem um processo de escolarização tardia e ainda incompleta de sua população. Diferentemente de países como França e Inglaterra, os países da A.L. só recentemente e, com muitas deficiências de qualidade, têm alcançado taxas mais elevadas de acesso e permanência. A taxa média de acesso ao ensino superior, chegou, em 2000, a 21%, seguida pelo ensino médio (57%) e pelo fundamental (103%). A menor taxa de acesso ao ensino fundamental (ver tabela 4) é superior a 65%, sendo que a média de acesso é de 103%. Quanto ao ensino médio, a pior taxa não foi inferior a 23%, sendo a média 57% e, a mediana, 63%. O ensino superior é o que apresenta as piores taxas de acesso, com uma média de acesso de 21% (ver gráfico 2).

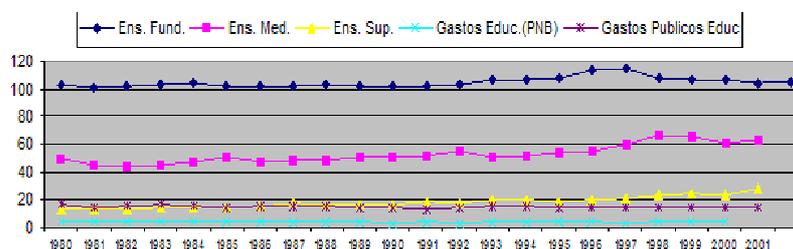
Gráfico 2: Taxas de acesso aos diferentes níveis de ensino da America Latina, 1980-2001.



Fonte: CEPAL.

Essas taxas, embora ainda sejam baixas, com exceção do ensino fundamental, apresentam melhoras significativas em relação à da década de 70-80. O acesso ao ensino médio, teve um crescimento de quase 30%, nesse período, chegando, no ensino superior, a 111% de aumento na taxa da população que tem acesso a esse nível. O gasto com educação na A.L. não passa de 10% do PIB na maioria dos países. O gráfico 3, compara a evolução do crescimento do acesso nos diferentes níveis em relação à taxa de investimento.

Gráfico 3: Taxas de acesso aos diferentes níveis de ensino da América Latina, e taxas de investimento em educação, 1980-2001.

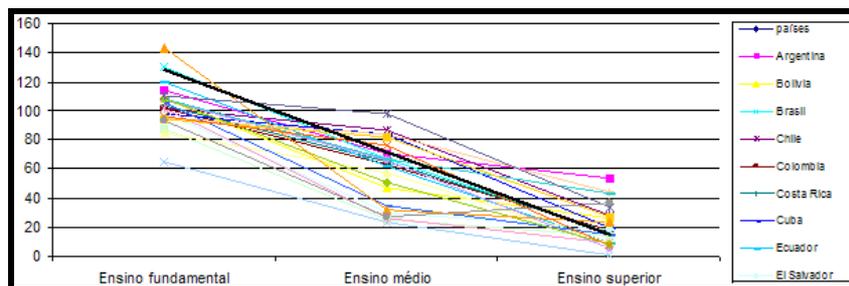


Fonte: CEPAL

Pode-se notar uma pequena queda na taxa de investimento público (gastos públicos) em educação e, uma tendência, de investimento estável em relação ao PNB. Claro que é preciso, nesse último, considerar que o PNB dos países da A.L. vem aumentando. Assim, o investimento bruto em educação pode ser maior, mesmo que a taxa permaneça estável.

Entretanto, mesmo com esse significativo aumento na taxa de investimentos não públicos e, mudanças nas taxas de acesso na maioria dos países - as nações latino americanas ainda apresentam baixas taxas de acesso ao ensino médio e superior. O gráfico 4, demonstra a queda na taxa de matrículas na passagem dos níveis de ensino.

Gráfico 4: Taxas de acesso aos diferentes níveis de ensino por países selecionados da América Latina, 1993-00

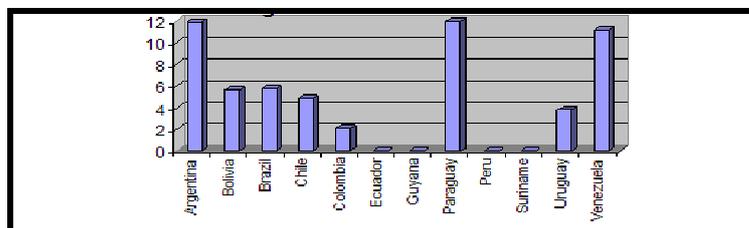


Fonte: UNESCO

Como pode ser visto no gráfico, há uma queda de 40% no acesso ao ensino médio e, de 90% ao ensino superior, em relação à taxa de acesso ao ensino fundamental. A pirâmide da desigualdade educacional (RAIZER, 2005), na América Latina se configura num processo exclusivo dos sistemas de ensino que, de forma gradativa e crescente, acabam por excluir a maioria da população dos bancos escolares.

O gráfico 5 ilustra a variação no acesso ao ensino superior de alguns países selecionados, no período de 1999 a 2003. A década de 90 foi marcada por um processo de

Gráfico 5: Variação da taxa de acesso ao ensino superior em países selecionados, 1999-2003.



Fonte: UNESCO

rápida expansão e diversificação dos sistemas de ensino superior na A.L. Nesse contexto, destaca-se o Paraguai com uma variação positiva de quase 12 pontos percentuais, seguido pela Argentina(11,6), Brasil(5,3), Bolívia(4,5) e Chile(4,1).

Entretanto, mesmo que a elevação dessas taxas persistisse, os países latino-americanos demorariam cerca de 120 anos para atingir taxas médias de acesso de 100%, no ensino superior e, cerca de 80 anos, para atingir essas taxas no ensino médio.

1.2 Estrutura e funcionamento do sistema de ensino de alguns países do Mercosul: Argentina, Brasil, Uruguai e Chile⁵

1.2.1 Argentina

O sistema educacional argentino é tradicionalmente de gestão centralizada e está organizado em quatro níveis de ensino. Nos últimos anos vem experimentando um processo de grande transformação devido, principalmente, a promulgação da lei de transferência dos serviços educacionais às províncias (1992), da Lei Federal de Educação (1993) e da lei de Educação Superior (1995). A primeira lei transfere as escolas, até então dependentes do governo nacional, às províncias, a segunda estabelece as linhas básicas de organização da educação inicial, primária e secundária e a terceira estabelece as linhas gerais de organização do terceiro grau, universitário e não universitário.

A lei Federal de Educação de 1993 amplia a educação obrigatória de 7 para 10 anos pois, anteriormente, a obrigatoriedade escolar estava restrita somente ao nível de ensino primário e, atualmente, abarca o último ano da educação inicial e os 9 anos da Educação Geral Básica.

A estrutura do sistema educacional atual é composta por quatro níveis de ensino: Inicial, Educação Geral Básica, Educação Polimodal e Educação Superior.

- A Educação Inicial compreende a educação de crianças de 3 a 5 anos de idade, sendo obrigatório somente o último ano.
- A Educação Geral Básica compreende três ciclos de três anos, cada um com características curriculares, pedagógicas e organizacionais definidas. Ocupa-se do ensino de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade.
- A Educação Polimodal é de três anos e engloba a educação de jovens de 15 a 17 anos. Esta educação inclui dois tipos de formação (geral e orientada) que se traduzem, respectivamente, no ensino de conteúdos básicos comuns para todos os estudantes e de conteúdos orientados a diferentes áreas do conhecimento: ciências naturais; economia e gestão das organizações; humanidades e ciências sociais; produção de bens e serviços e comunicação, artes e desenho.
- A Educação Superior é a educação pós-secundária propriamente dita, estando a cargo de instituições que oferecem educação universitária e não universitária através de

⁵ Os dados mencionados foram obtidos no site do Mercosul Educacional.
<http://mercosul.mec.gov.br/asp/Estatistica/sistemas.asp>

cursos com duração de 5 ou 6 anos no caso das primeiras, e 3 ou 4 anos no caso das não universitárias.

1.2.2 Brasil

O desenvolvimento recente do sistema educacional brasileiro está inserido no processo de consolidação democrática, marcado por um novo arranjo institucional que se caracteriza pelo elevado grau de autonomia dos três níveis de governo e pela descentralização das políticas educacionais. A Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional n.º14, de 1996 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, instituída pela lei nº 9394, de 1996, são as leis maiores que regulamentam o atual sistema educacional brasileiro.

A atual estrutura do sistema educacional regular compreende a educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. Compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e o Distrito federal, no ensino fundamental e médio. O governo federal, por sua vez, exerce função redistributiva e supletiva, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Além disso, cabe ao governo federal organizar o sistema federal e privado de educação superior.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches, para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, cabendo ao Poder Público garantir sua oferta para todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. O ensino médio tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do educando.

Além do ensino regular, integram a educação formal: a educação especial, para os portadores de necessidades especiais; a educação de jovens e adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciências e à tecnologia, com o objetivo de conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

A educação superior abrange os cursos de graduação nas diferentes áreas profissionais, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processos seletivos. Também faz parte desse nível de ensino a pós-graduação, que compreende programas de mestrado e doutorado e cursos de

especialização. Uma inovação prevista na nova LDB é a criação de cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, que serão abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino superior.

1.2.3 Chile

O sistema educacional chileno é de caráter descentralizado. A administração dos estabelecimentos educacionais dos níveis de educação primária e secundária é realizada pelos municípios ou instituições privadas. A estrutura do sistema educacional está composta por quatro níveis de ensino: Educação Infantil, Educação Geral Básica, Educação Média e Educação Superior.

- A educação infantil não é obrigatória e atende a crianças de 0 a 5 anos.
- A educação geral básica busca o desenvolvimento da personalidade do aluno através da aprendizagem dos conteúdos mínimos obrigatórios que permitam a continuidade da educação formal. Como nível obrigatório, compreende 8 anos de estudo e atende alunos entre 6 a 13 anos de idade. Divide-se em dois ciclos: o primeiro ciclo é o básico, de quatro anos, com conteúdos básicos com uma metodologia global, e um segundo ciclo, também de quatro anos, em que os conteúdos organizam-se por matérias e atividades de formação mais específicas.
- A educação média possui duração de quatro anos de estudos e atende alunos entre 14 e 17 anos de idade, com duas modalidades de estudo, Humanístico Científica e Técnico Profissional
- A educação superior corresponde ao nível pós-secundário de ensino e, é desenvolvida por três tipos de instituições: Universidades, Institutos Profissionais e Centros de Formação Técnica.
- O quarto nível é a educação superior que compreende cursos universitários e não universitários.

1.2.4 Uruguai

Na República Oriental do Uruguai a Constituição e a norma legal estabelecem em 10 anos o ensino obrigatório: um ano da Educação Inicial para todas as crianças de 5 anos, 6 anos de Educação Primária e 3 anos do Ciclo Básico da Educação Média. Os 10 anos de ensino além de obrigatórios são, ainda, gratuitos, o que vem garantindo aos usuários um amplo serviço de qualidade assegurada pelo Estado. Também são gratuitos o Segundo Ciclo de Educação Média e a Educação Superior.

Os objetivos centrais da atual política educativa, aprovados pela Lei N° 16736 de 5 de janeiro de 1996 são: consolidação da igualdade social; valorização da formação e da função docente; melhoramento da qualidade da educação; fortalecimento da gestão institucional.

O Sistema Educativo Uruguaio esta organizado em 4 níveis: Educação Pré-escolar; Educação Primária ; Educação Média: ciclo básico e bacharelado Educação Terciária ou Superior.

- Educação pré-escolar ou inicial: atende a população infantil compreendida entre os 3 e 5 anos inclusive e, é obrigatório para crianças de 5 anos.
- Educação primária: atende a população de 6 a 14 anos nas modalidades de educação comum, especial (atenção a crianças portadoras de necessidades especiais) e rural. É de caráter gratuito e obrigatório.
- Educação média: Ciclo Básico – atende aos egressos da educação primária, sendo comum a todas as orientações e, ainda de caráter obrigatório.
- Segundo ciclo: Bacharelado Diversificado e Educação Técnica. O primeiro grau do bacharelado divide-se em três áreas básicas, Biologia, Humanística e Científica, as quais se diversificam em 6 opções no segundo e último ano e, funciona ainda, como requisito para o ingresso no ensino superior.
- A Educação Técnica possui distintas modalidades, com duração máxima de 7 anos. Divide-se em quatro setores: Agrário, Industrial, Artístico Artesanal e Serviços.
- Educação Terciária ou Superior: este nível divide-se em Terciário Universitário e Terciário não Universitário. O primeiro compreende a Universidad de la República (autônoma y gratuita) e 5 Universidades Privadas.

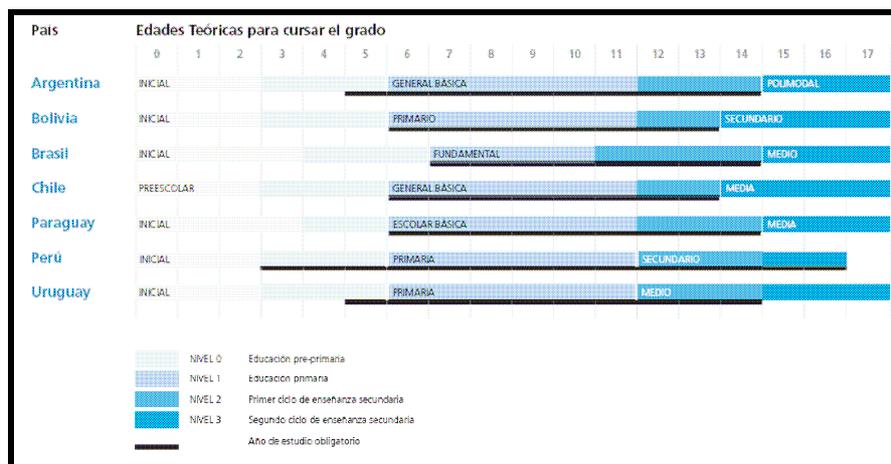
2. RUMO AO MERCOSUL EDUCACIONAL?

A análise realizada sobre os sistemas de educação nos permite concluir que, embora haja diferenças relevantes, não há maiores impedimentos estruturais para a implantação de um processo de integração e intercâmbio⁶ entre os países da região.

Como pode ser observado no gráfico 6, há certa semelhança entre o número de anos de estudos correspondentes a educação fundamental e secundária. A variação máxima é de dois anos de estudo entre os países analisados.

⁶ Nesse sentido, em 1996 e 1999, foram aprovados protocolo e acordo para admissão de títulos e graus universitários (MERCOSUL/CMC/DEC/n° 4/99) e convênio firmado visando a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação entre os diferentes países do Mercosul (MERCOSUL/CMC/DEC/n° 9/96).

Gráfico 6 - Esquema comparativo dos sistemas de educação e sua correspondência com os níveis de classificação internacional de educação (CINE)



Fonte: MEC/ Mercosul Educacional – estatísticas

Tal integração educacional poderia a médio e longo prazo, permitir e consolidar uma gradual especialização funcional em áreas específicas do conhecimento em cada país. Assim como a criação de grupos regionais de pesquisadores de áreas consolidadas que envolva projetos de cooperação acadêmica para a consolidação de áreas do conhecimento nos países com menor produção científica e tecnológica nessa área. Nessa direção, o gráfico 7 ilustra a porcentagem de matrículas, em relação ao total, por cada área do conhecimento.

Gráfico 7 - Distribuição percentual dos estudantes de ensino superior segundo a área de conhecimento e o tipo de instituição frequentada, 2003.

País	Educación	Humanidades y afines	Ciencias Sociales	Ingeniería	Ciencias	Agricultura	Salud	Servicios	Otros	
Argentina	No Universitario	34,1	17,6	22,1	7,2	9,0	0,9	6,9	0,0	2,3
	Universitario	4,6	9,8	46,2	9,4	10,1	4,0	14,2	1,3	0,3
Bolivia	No Universitario	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Universitario	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	No Universitario	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Universitario	21,6	3,5	41,7	7,7	8,6	2,1	12,5	2,3	0,0
Chile	No Universitario	2,8	1,5	39,1	36,4	0,2	2,6	12,5	-	5,0
	Universitario	15,9	1,4	34,4	26,0	1,8	5,1	7,9	-	7,6
Paraguay	No Universitario	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Universitario	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perú	No Universitario	29,3	4,0	14,2	7,1	18,2	3,0	20,9	3,2	0,1
	Universitario	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uruguay	No Universitario	80,5	1,0	4,9	0,1	0,0	11,8	0,3	1,4	0,0
	Universitario	0,8	5,2	46,0	17,5	4,2	4,0	21,9	0,4	0,1

Fonte: MEC/ Mercosul Educacional – estatísticas .

Outrossim, a consolidação do Mercosul Educacional através de convênios e projetos de educação, produção e disseminação de conhecimento científico- apesar das limitações impostas pela língua e diferenças culturais-, poderia fomentar a ampliação e democratização

do acesso de qualidade a *educação para todos* e ao conhecimento⁷.

REFERENCIAS

ARGENTINA/Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.me.gov.ar>. Acesso em: 20 mai. 2006.

BRASIL/Ministério da Educação. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 20 mai. 2006.

_____. INEP. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 20 mai. 2006.

BRUNNER, J. J. Educación en América Latina durante la década de 1980: la economía política de los sistemas. In: KENT, R. **Los temas críticos de la educación superior en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 108-159.

CEPAL/Badestat. Disponível em: http://www.eclac.cl/badestat/anuario_2003/index.htm

COURARD, H. **Políticas comparadas de educación superior en América Latina**. Santiago: FLACSO, 2003.

KENT, R. **Los temas críticos de la educación superior en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

MERCOSUL/RME – ATA Nº 1/01. XX Reunião de Ministros da educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Disponível em: http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=108&Itemid=32&lang=es. Acessado em: mai. 2005.

OCDE. Disponível em: <http://oecd.org>

ONU. Disponível em: www.onu.org; <http://cyberschoolbus.un.org/infonation3/menu/advanced.asp>.

PARAGUAI/Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.mec.gov.py>.

RAIZER, L.; NEVES, C. E. B.; FACHINETTO, R. F. Diversificación de la enseñanza superior y desigualdad de acceso en América Latina. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICA DE SOCIOLOGIA (ALAS), 25, 2005, Porto Alegre [Anais...] Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SABATIER, M. A. Informe sobre la educación superior no Universitaria? en Argentina. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/>. Acesso em: 15 mai. 2006.

SCHWARTZMAN, S. **Notas sobre os sistemas de ensino superior da América Latina**. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/americas_latina.htm#Toc28939685 Acesso em: 15 mai. 2006.

⁷ O presente texto foi apresentado no Congresso da AUGM, realizado em 2006 na UNICAMP. Rochele Fellini Fachineto e Clarissa Eckert Baeta Neves colaboraram com o autor.

SOLÁ, M. G. G. **Informe sobre la educación superior en Argentina**. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve> Acesso em: 12 fev. 2006.

UNESCO/IESALC. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/>;
www.unesco.org ;<http://www.uis.unesco.org/ev.php>

LEANDRO RAIZER

O autor é Doutorando em Sociologia pela UFRGS; Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU), e do Centro de Estudos e Documentação sobre Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade (CEDCIS).

E-mail: lraizer2003@yahoo.com.br.